



**BOLETIM
INFORMATIVO**
**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PARÁ**

ESAP@PGE.PA.GOV.BR

(91) 3344 - 2771

R. dos Tamoios, 1671 - Batista Campos,
Belém/PA.

Nº 418 – JANEIRO DE 2023, 25º ANO

EDITORIAL

Olá!

Durante o mês de janeiro a Escola Superior de Advocacia Pública (ESAP) realizou importantes eventos.



2ª EDIÇÃO
BATE-PAPO JURÍDICO COM ESTAGIÁRIOS
TEMA: DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL

09 DE JANEIRO || **09h30 às 11h**

AUDITÓRIO DA PGE

CONDUTOR: FERNANDA SEQUEIRA



No dia 09 foi realizada a 3ª edição do **Bate-papo Jurídico com Estagiários**, com o tema Direito à Cidade Sustentável.

Ministrado pela Procuradora do Estado Fernanda Sequeira, o bate-papo abrangeu tema importantíssimo para a Política Urbana, previsto no Estatuto da Cidade (**Lei nº10.257/2001**).

O encontro abriu a agenda de Eventos da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) do ano de 2023 e contou com a participação de grande número de estagiários da instituição, de forma presencial e virtual.

Aconteceu no dia 12 a palestra “Entendendo a Previdência Complementar do Estado do Pará”.

O evento foi organizado pela APEPA (Associação dos Procuradores do Estado do Pará) juntamente com a PGE, voltado aos servidores e procuradores da instituição.

Na ocasião, o palestrante Sérgio Oliva Reis, Procurador do Estado, sanou dúvidas acerca do tema.



Entendendo a Previdência Complementar do Estado do Pará

Condutor: Sérgio Oliva Reis
Público alvo: Procuradores e servidores da PGE

12/01/2023
09:30
Auditório da PGE
***Evento híbrido**





Nos dias 24 e 25 foi realizado, no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJJPA), o curso “Nova Lei de Licitações - Fase Preparatória e Contratação Direta”, organizado pela ESAP.

O encontro reuniu servidores da Administração direta e indireta, dos setores jurídicos e de compras do Governo do Estado, visando atualizar sobre as alterações instituídas pela Lei nº 14.133/2021, que entrará em vigor no mês de abril de 2023.

Na oportunidade, foi lançado o novo Manual de Fase Preparatória e Dispensa Eletrônica, contendo modelos dos documentos essenciais da fase preparatória das contratações públicas, com apresentação simples e prática.

Informamos que o Manual se encontra disponível para acesso livre e download ([CLIQUE AQUI](#)).

No dia 25 foi publicado no Diário Oficial Estadual (DOE), o resultado final do **XXI Concurso para Procurador do Estado do Pará**. Ao todo foram ofertadas dez vagas, sendo nove de ampla concorrência e uma vaga para candidatos com deficiência, além do cadastro de reserva.

A conclusão do Concurso foi homologada pela PGE.



Ocorreu no dia 30 de Janeiro o **Ato de Posse** dos aprovados no XXI Concurso para Procurador do Estado.



A cerimônia aconteceu no Salão de Atos do Palácio dos Despachos e contou com a presença do Governador do Estado, Helder Barbalho, que deu posse aos oito novos Procuradores, e também com a presença do Procurador-Geral do Estado, Dr. Ricardo Sefer.

Parabenizamos os novos Procuradores e desejamos uma carreira de sucesso na PGE/PA.

Em matéria legislativa estadual, o Decreto nº 2.871, de 25 de Janeiro de 2023, estabeleceu os dias de feriados nacionais e estaduais e estabeleceu os pontos facultativos no ano de 2023, no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

Na esfera federal, destaque para o Decreto nº 11.373, de 1º de janeiro de 2023, que alterou o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e outras providências.



Destaque, ainda, para o Decreto nº 11.368, de 1º de janeiro de 2023, que alterou o Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008, para dispor sobre a governança do Fundo Amazônia.

Importante mencionar a Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que tipificou como crime de racismo a injúria racial, prevendo pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público, alterando a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), bem como o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Em relação às normas internas, destaque para a Portaria nº 38/2023-PGE.G, de 19 de Janeiro de 2023, que aprovou o “Manual de Fase Preparatória e Dispensa Eletrônica”.

Quanto aos acontecimentos no âmbito jurisprudencial, destacamos o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (RE) nº 918.315 Distrito Federal, com Repercussão Geral (Tema 1096), que fixou a tese “A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida a curatela, não configura, por si, elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tenha discernimento para os atos da vida civil”.

Outro destaque para o julgamento do Recurso Especial nº 2.005.691 - RS, no qual a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade de votos, decidiu que há solidariedade entre os sucumbentes na condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, mesmo quando algum dos vencidos litigar sob benefício da justiça gratuita.

Boa leitura!

SUMÁRIO

TEMAS	3
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO	3
FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO	3
DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO	4
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL	4
TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO	5
JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA	6
EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO	10
EVENTOS INTERNOS DISPONÍVEIS NO YOUTUBE	10
EVENTOS E CURSOS	10

TEMAS

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

[A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 23-C DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA](#)

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

[ABSTRATIVIZAÇÃO DO CONTROLE CONCRETO DE CONSTITUCIONALIDADE NA PERSPECTIVA DO FEDERALISMO](#)

Weber Luiz de Oliveira

[NÃO CUMPRIMENTO DO GASTO MÍNIMO NO ENSINO AS CONTROVÉRSIAS E DIFICULDADES DA EMENDA CONSTITUCIONAL NO 119/2022](#)

Flavio Corrêa de Toledo Junior

[IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI NO 14.230/21: BREVÍSSIMAS E ATUALIZADAS NOTAS](#)

Jaques de Camargo Penteado

FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

[A INADEQUAÇÃO DA ATIVIDADE NEOEXTRATIVISTA PERANTE A ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA BRASILEIRA](#)

Jonathas Lima Soler

[O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA](#)

Marinês Restelatto Dotti

[QUITAÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS COM PRECATÓRIOS](#)

Gabriella Alencar Ribeiro

[O AMICUS CURIAE COMO FORMA DE LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UMA ANÁLISE DE CAUSAS FISCAIS](#)

Djulia Raphaella L. Portugal Amâncio

DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

[PERSPECTIVAS ATUAIS DA MEDIAÇÃO AMBIENTAL](#)

Gabriel Machado Pessanha Henriques

[BREVES APONTAMENTOS SOBRE O PAPEL DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA NA RECUPERAÇÃO DAS MAIS-VALIAS NA ESPANHA](#)

Daniel Gaio

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

[ALIENAÇÃO DA NUA-PROPRIEDADE COM INSTITUIÇÃO ONEROSA DE USUFRUTO: FUNCIONALIZAÇÃO DO DIREITO, SOB A LUZ DA CONSTITUIÇÃO](#)

Matheus Faria Carneiro

CRITÉRIOS PARA ALOCAÇÃO DOS RISCOS DE EVICÇÃO DE DIREITO NOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS

Roberta Mauro Medina Maia

MANDATO, PROCURAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

Pablo Stolze Gagliano

Rodolfo Pamplona Filho

SOBRE A TUTELA DE URGÊNCIA NO PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Luis Alberto Reichelt

José Victor Pacheco Alves

TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE TARIFICAÇÃO DO DANO EXTRAPATRIMONIAL NA SEARA TRABALHISTA INTRODUZIDO PELA LEI Nº 13.467/2017

Diego Alencar da Silva das Mercês

A VALIDADE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ARBITRAGEM NOS CONTRATOS TRABALHISTAS

Daniella Gonçalves Stefanelli

Maria Júlia Ferreira Mansur

Cláudio Jannotti Da Rocha

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E AUXÍLIO-ACIDENTE: REQUISITOS DISTINTOS PARA A CARACTERIZAÇÃO

Caroline Schneider

Ellen Carina Mattias Sartori

DECISÃO DE LIQUIDAÇÃO E RECURSO NA LIQUIDAÇÃO POR CÁLCULOS NO PROCESSO DO TRABALHO

Júlio César Bebber

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

“ RECURSO ESPECIAL Nº 2.005.691

Órgão Julgador: Superior Tribunal de Justiça

Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze

Tema: Direito Processual Civil

STJ

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que há solidariedade entre os litisconsortes sucumbentes na condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, mesmo quando algum dos vencidos litigar sob o benefício da justiça gratuita. Ao dar parcial provimento ao recurso especial de uma empresa de viagens, o colegiado entendeu que o fato de dois dos três executados serem beneficiários da gratuidade de justiça não afasta a norma expressa no artigo 87, parágrafo 2o, do Código de Processo Civil (CPC).

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“ TC 004.587/2022-7
Órgão Julgador: Tribunal de Contas da União
Relator: Vital do Rêgo
Tema: Direito Administrativo

TCU

Não é possível que informações técnicas colhidas em pessoa física se utilizem em face de pessoa jurídica em licitação, haja vista que a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira lida com aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional e pessoal que atua na empresa.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)



ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.012 PARÁ

Órgão Supremo Tribunal Federal

Relator: Ministro Edson Fachin

Tema: Direito Constitucional

STF

Foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, na ADPF 1.012/PA, em declarar a inconstitucionalidade dos atos públicos praticados pelos magistrados na fase de execução, com a fixação da seguinte tese, viola a Constituição Federal, a determinação de medidas judiciais constritivas, sobre recursos públicos, destinados ao custeio de convênio ou instrumento assemelhado, adstritos às despesas da saúde pública, para assegurar a adimplência de pecúnias devidas, cuja natureza de destinação das verbas, seja estranha ao objeto anuído no contrato, entre o ente estatal e o particular, sem prévia autorização legislativa, pois esses atos, destoam dos princípios orçamentários da unidade, legalidade, especificação, proibição de estorno, e equilíbrio, afora o escopo da continuidade da prestação de serviços, além de ferir a separação dos poderes, bem como a eficiência da administração pública.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

“ **RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 918.315 - DF**
Órgão Julgador: Supremo Tribunal Federal
Relator: Ministro Ricardo Lewandowski
Tema: Direito Previdenciário

STF

O Supremo Tribunal Federal (STF), em maioria, deu provimento à reforma do acórdão proferido pelo STJ-DF. Na decisão, a Turma fixou a tese de que: A enfermidade ou doença mental, ainda que tenha sido estabelecida curatela, não configura elemento suficiente para determinar que a pessoa com deficiência não tenha discernimento para os atos da vida civil, neste caso, receber a aposentadoria em condições normais.

[FICHAMENTO NA ÍNTEGRA AQUI](#)

EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO NACIONAL JANEIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
LEGISLAÇÃO ESTADUAL DE JANEIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
LEGISLAÇÃO PGE - PA DE JANEIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM
EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES – JANEIRO	CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM

EVENTOS E CURSOS INTERNOS

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
MEDITAÇÃO	PRESENCIAL	02, 09, 16, 23 e 30/03/2023	ESAP
O PAPEL DO NUCAD TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCON/PGOV)	PRESENCIAL	15/02/2023	ESAP
PROCESSOS SANCIONATÓRIOS TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCON/PGOV)	PRESENCIAL	17/02/2023	ESAP
TREINAMENTO SAJ TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023	PRESENCIAL	24/02/2023	ESAP
FLUXOS NA PDM - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PDM)	PRESENCIAL	27/02/2023	ESAP

EVENTO	MODALIDADE	DATA	ORGANIZADOR
DEMANDAS DE MASSA - PRINCIPAIS ASPECTOS E ATUAÇÃO ESTRATÉGICA - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PDM)	PRESENCIAL	01/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO INICIAL E O PAPEL DA PCAD - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCAD)	PRESENCIAL	06/03/2023	ESAP
DESJUDICIALIZAÇÃO E ATUAÇÃO NAS DEMANDAS JUNTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCAD)	PRESENCIAL	07/03/2023	ESAP
MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. A EXPERIÊNCIA DA PGE/PA - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCAM)	PRESENCIAL	10/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO INICIAL - PCTA 1 E 2 - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCTA)	PRESENCIAL	13/03/2023	ESAP
DEMANDAS DE SAÚDE. SÚMULAS DO STF. FLUXOS E COMUNICAÇÃO COM A SESPA - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	14/03/2023	ESAP
SERVIDOR CIVIL - TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	15/03/2023	ESAP
INDENIZAÇÕES E OUTROS TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	16/03/2023	ESAP

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR
MILITAR TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PCTA 1 E 2)	PRESENCIAL	17/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO (FLUXOS, COMPETÊNCIAS ETC) – COORDENAÇÕES TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PDA/PROFISCO)	PRESENCIAL	20/03/2023	ESAP
AUTOCOMPOSIÇÃO FISCAL TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PDA/PROFISCO)	PRESENCIAL	22/03/2023	ESAP
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA FISCAL. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO ESTRATÉGICA NA RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PDA/PROFISCO)	PRESENCIAL	24/03/2023	ESAP
ACOLHIMENTO INICIAL. FLUXOS DA PRPV TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PRPV)	PRESENCIAL	27/03/2023	ESAP
TEMAS RELEVANTES PARA O SISTEMA DE PRECATÓRIOS TREINAMENTO NOVOS PROCURADORES 2023 (PRPV)	PRESENCIAL	29/03/2023	ESAP

EVENTOS E CURSOS EXTERNOS

EVENTO	MODO	DATA	ORGANIZADOR	LINK
SEMINÁRIO NACIONAL FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DOS CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS NA LEI Nº 8.666/93 E NA LEI Nº 14.133/21	PRESENCIAL	13 A 15/03/2023	ZENITE	CLIQUE AQUI
SEMINÁRIO NACIONAL DESAFIOS PRÁTICOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021	PRESENCIAL	27 A 29/03/2023	ZENITE	CLIQUE AQUI
ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES-TEMAS E NOVIDADES QUE DEVEM SER CONHECIDOS POR ASSESSORES, PROCURADORES JURÍDICOS E PROFISSIONAIS DO CONTROLE	ONLINE	10 A 14/04/2023	ZENITE	CLIQUE AQUI
XVIII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO & GESTÃO PÚBLICA	ONLINE	11 E 12/05/2023	FÓRUM	CLIQUE AQUI
XIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL	PRESENCIAL /ONLINE	25 A 27/05/2023	EBEC	CLIQUE AQUI

Para outros eventos e cursos acessar na rede a pasta virtual da ESAP

Expediente:

Responsáveis pelo Boletim: Gabriella Dinelly Rabelo Mareco, Alessandra Maria Mendonça de Oliveira, Carla Blanco Rendeiro e Tássio Guimarães Senger.

Apoio:

Ana Margarida Vianna, Ellen Cristina, Fernanda dos Santos, Camilly Ribeiro, Marcíria de Almeida, Paula Silveira e Matheus de Alcantara.

Fechamento desta edição: 31/01/2023

